SP só consegue inspecionar farmácias 9 vezes por ano

Cada uma das três mil farmácias da Grande São Paulo é visitada apenas nove vezes ao ano pelos 37 fiscais da Divisão do Exercício Profissional da Secretaria da Saúde, órgão responsável pelo Serviço de Fiscalização de Medicamentos. Apesar do pequeno número de fiscais e do maior rigor na fiscalização exigido pelo decreto presidencial que controla a venda de medicamentos, o diretor da divisão, Newton Luiz Andreucci, acredita que o Serviço de Fiscalização terá condições de aplicar a nova lei.

Da mesma forma que as farmácias, as indústrias farmacêuticas de São Paulo também são pouco fiscalizadas. Existem 1.405 estabelecimentos, em todo o Estado, que são visitados, em média, 10 vezes por ano, por um total de 32 fiscais. Mas, mesmo sendo pequeno o número de fiscais e grande o de estabelecimentos a serem fiscalizados, Newton Andreucci não prevê alterações no esquema de trabalho de sua equipe de fiscalização, para que seja cumprido o novo decreto.

Para os funcionários, não haverá problemas no controle da produção de medicamentos, ou seja, na fiscalização das indústrias. Newton Andreucci explica que nas visitas às indústrias farmacêuticas verifica-se a condição de funcionamento da empresa, o tipo de matéria-prima utilizada, como é desenvolvida a produção e se o produto acabado respeita as exigências legais. Para os três primeiros casos as 10 visitas anuais "são suficientes". Além disso, a

análise do medicamento, que exige maior tempo e um controle mais frequente, é feita independentemente do número de visitas. O diretor da Divisão do Exercício Profissional explica que a análise desses produtos é feita pelo Instituto Adolfo Lutz através "da coleta permanente de amostras".

Mas, se na fiscalização das indústrias não são previstos problemas, o mesmo não pode ser dito em relação às farmácias, embora o diretor considere "bom todo o controle de medicamentos" exercido por seu departamento. Em primeiro lugar, o número de fiscais por farmácia é muito menor que o número deles por indústria. Além disso, afirma Andreucci, "o controle dos medicamentos vendidos mediante a apresentação de receitas" — uma das principais exigências do novo decreto — "é aleatório". Ele explica que somente nos casos de flagrante é que se pode punir as farmácias que vendem medicamentos sem receita médica. E revela que, das 421 multas aplicadas no ano passado, uma pequena parte se referia à venda de remédios sem receita. O que parece explicar esse fato é o pequeno número de visitas de fiscais que cada farmácia recebe. Numa média de 10 inspeções anuais, a probabilidade de se autuar um estabelecimento em flagrante é realmente muito pequena.

Apesar disso, Andreucci só pretende "intensificar o rigor da fiscalização de farmácias", mesmo que esse fato possa implicar uma redução do número de drogas. Em sua opinião, "é pre-

ciso elevar, e não apenas manter, o padrão das farmácias, mesmo que isso signifique o fechamento de estabelecimentos". Essa orientação é exemplificada, ele afirma, pelo número de interdições temporárias de estabelecimentos verificados no ano passado, que chegou a 550.

Apesar de ser raro o fechamento definitivo de farmácias, segundo Andreucci, ele poderá se tornar mais frequente. Não apenas pela orientação dada aos fiscais, como também pelo número de farmácias da periferia que hoje vivem, praticamente, da venda de medicamentos sem receitas. Entretanto, o aumento de interdições definitivas, e em especial dessas farmácias, só ocorrerá se a fiscalização for exercida com maior rigor. Mas Andreucci pretende seguir a orientação do ministro da Saúde, Almeida Machado, o qual sugere que a implantação da nova lei seja feita dos centros para a periferia. Além disso, nenhuma medida efetiva foi tomada, até o momento, para tornar a fiscalização mais rigorosa.

Apenas foram marcadas reuniões — segundo Andreucci — para que "os inspetores possam em primeiro lugar conhecer a lei e sua finalidade". Somente depois disso é que se pensará na aplicação da lei. Mas, como Andreucci não prevê um prazo para o estudo do decreto, conclui-se que o seu cumprimento deverá esperar ainda algum tempo.